



Introdução ao estudo das migrações

Aluna: Marina Girona Raventós

1º semestre de 2014

Introdução

Este trabalho pretende abordar o campo de estudo das migrações contemporâneas, que tem sido tratado por áreas tão múltiplas e variadas quanto a antropologia, a sociologia, a geografia, a demografia, a economia, a ciência política, a psicologia, a história e o direito. Com um olhar próprio das ciências sociais (e especialmente da antropologia sociocultural e a sociologia), serão apresentados alguns conceitos fundamentais (migração, imigração e emigração, fronteira, transnacionalismo, comunidades transnacionais, redes transnacionais, corredores migratórios, refúgio, capital social, redes migratórias), juntamente com uma síntese dos diferentes tipos de classificação das migrações e uma breve revisão das teorias explicativas do fenômeno migratório, pois no relativamente novo campo de estudo das migrações há um repertório limitado de teorias que ao longo das últimas décadas tem tentado dar explicações de fenômenos múltiplos e diversos. Infelizmente, os dados quantitativos tem tido um protagonismo grande em detrimento da teoria, a análise, as hipóteses ou as perguntas de pesquisa. Finalmente, encerraremos com algumas questões a serem consideradas na pesquisa no complexo campo de estudo das migrações contemporâneas.

Conceitos fundamentais

“Migração” é um conceito amplo que é aqui entendido como um fenômeno social no qual uma pessoa ou várias se deslocam de um país ou uma região a uma outra para se estabelecer lá temporalmente ou permanentemente, normalmente procurando uma forma de melhora (laboral, política, econômica...), apoiados por outros (caracterizando a migração um fenômeno coletivo). Sempre implica o duplo processo de emigração e imigração, o que é importante de ser lembrado precisamente porque uma das maiores críticas no campo dos estudos migratórios é o fato dos pesquisadores só olharem para o contexto de imigração ou destino, omitindo o contexto de emigração ou origem.

Os conceitos de imigração e emigração são preferíveis aos de “comunidade imigrante” e “comunidade emigrante”, que pressupõem uma união ou sentimento de



permanência a um grupo que é totalmente fictício. O mesmo acontece quando falamos dos/as “imigrantes bolivianos/as em São Paulo” ou os/as “emigrantes brasileiros/as na Espanha”: embora podemos agrupá-los assim com fins estatísticos, essas denominações dão conta de múltiplas realidades bem diversas.

A migração é um fenômeno tão longo quanto a vida. Isto é, a migração tem se produzido desde o princípio da humanidade, com a saída do Rift Valley no ano 200.000 a.C¹, passando pelas migrações desse primeiro morador pelo atual território africano, europeu e asiático, e depois para o continente americano, as expedições marítimas comerciais da idade média, a colonização europeia ou os deslocamentos por causa de guerras e catástrofes ambientais. Porém, o fenômeno da migração nunca tem sido tão central no debate político quanto nas últimas décadas, especialmente desde o fim da segunda Guerra Mundial em 1945, e isto responde a lógicas geoestratégicas da política mundial. Num mundo onde a pertença nacional (isto é, a cidadania) determina os direitos (e também os deveres) das pessoas, a regulação da migração tem sido e continua sendo um fator importante na política de muitos estados ricos. A mobilidade humana nunca foi tão controlada.

A fronteira representa, no contexto mundial marcado pelas desigualdades socioeconômicas que historicamente e na atualidade tendem à reprodução, esse espaço ou marca simbólica de separação entre cidadãos. Isto é enfatizado por autores como Stephen Castles ou Bridget Anderson em falar de “hierarquias de cidadania” ou “hierarquias globais de cidadania” (ANDERSON, 2013, p.112, tradução nossa). Desde a visão das políticas públicas, a fronteira (a fronteira estatal) é simplesmente um limite ou marca que separa diferentes estados, seja de forma terrestre, aérea ou marítima². Porém, isto implica limites nos direitos das pessoas também. Na visão do antropólogo francês Marc Augé, o conceito de fronteira teria que se repensar, pois as fronteiras são usadas pelos países ricos para evitar a entrada de imigrantes clandestinos e remarcar a diferenciação entre “nós” e “os outros”. Para ele, a fronteira deveria ser um lugar de passagem, de encontro e de presença com “o outro” (AUGÉ, 2007, p.19-21).

¹ Para ampliar a discussão arqueológica sobre as origens humanas, ver DE LA TORRE SÁINZ (2005). Por outro lado, o Dr. Khalid Koser situa entre 1.5 milhões de anos aC e 5.000 anos aC a migração do *Homo erectus* e o *Homo sapiens* para Europa (KOSER, 2007, p.1).

² Também podemos falar de fronteiras dentro de um mesmo estado, separando assim regiões políticas ou simbólicas importantes.



Classificação das migrações³

No desenvolvimento deste campo de estudo, as migrações têm sido classificadas segundo diferentes itens, expressando ênfases diferentes na compreensão das realidades migratórias. Aqui os resumimos em: espaço, tempo, atores, legalidade, perfil do migrante e causas.

Segundo o espaço, ou seja, a origem territorial (estatal) dos migrantes, diferenciamos as migrações interiores ou nacionais das migrações exteriores ou internacionais. Aliás, não todos os movimentos são unidirecionais e muito menos são eles permanentes. Uma outra tipologia espacio-temporal é a chamada “migração circular”, que é um tipo de migração temporal num território onde há uma finalidade explicitamente laboral reconhecida e até potenciada pelos próprios estados.

Segundo o tempo, podemos falar em migrações permanentes, temporais ou também em um conceito relativamente recente: as migrações transnacionais. O “transnacionalismo” é entendido como o fato de morar em diferentes lugares (países ou regiões) simultaneamente e/ou manter vínculos nesses diferentes lugares. Assim, surgem conceitos como “migrante transnacional”, “transmigrante”, “comunidade transnacional” e “rede transnacional”. Uma “comunidade transnacional” seria um conjunto de pessoas de origem cultural, étnico ou nacional comum (funcionando como vínculo identitário) que se relacionam entre elas, formando a “rede transnacional”. Alejandro Portes resume em cinco pontos o que os acadêmicos do campo concordam que é o transnacionalismo (PORTES, 2004 [2003], p.74-80). São os seguintes: o transnacionalismo é uma nova perspectiva, e não um novo fenômeno; ele é um fenômeno popular de base; ele tem consequências macrossociais; o alcance e as formas do ativismo transnacional variam com nos diferentes contextos de origem e destino; não todos os imigrantes são transnacionais. Por isto, tanto migrantes permanentes quanto migrantes temporais podem ou não ser transnacionais, em função da relação que mantenham com o seu contexto de origem.

Segundo os atores que as protagonizam, as migrações podem se classificar em individuais ou coletivas/grupais, com a possibilidade de criar, neste segundo caso, os chamados “corredores migratórios”: espaços de mobilidade ou “fluxos” muito importantes de população, sejam num sentido (por exemplo, México → EUA) ou nos dois sentidos (por exemplo, Rússia ↔ Ucrânia). No caso da migração individual, é realizada ou protagonizada

³ Este capítulo é uma formulação possível da temática a través do sentido comum e das leituras feitas pela autora.



por um indivíduo só; aliás, é importante chamar a atenção sobre o fato que na atualidade os acadêmicos não falam das migrações como fenômenos individuais estritamente: como na definição apresentada anteriormente, são fenômenos necessariamente coletivos, ou seja, que na sua complexidade implicam uma multiplicidade de atores, tanto em origem quanto em destino. Neste sentido, podemos lembrar do subestimado papel da mulher nos casos em que é o homem (filho, marido, irmão) o migrante (PASCUAL DE SANS, 2011, p.10), pois há uma participação dela no processo preparatório, decisório, emocional, econômico, etc., que faz possível a migração masculina. Em definitiva, por tudo isso podemos dizer que o migrante “nunca está só”.

Segundo a legalidade ou o status legal da migração, podemos falar em migrações legais, ilegais e clandestinas. Para diferenciar estas duas últimas categorias, a migração ilegal é entendida como essa que “vira ilegal”, ou seja, que começou sendo legal (a entrada num país como turista, por exemplo), mas que por algum motivo (a expiração do visto, por exemplo) deixa de sê-lo. A migração clandestina, aliás, é desde o seu início um movimento que as autoridades políticas não aceitam e, como consequência, punem.

Segundo o perfil do migrante, podemos falar em migrações de menores, adultos, idosos (idade); masculinas, femininas ou outras (gênero); ou qualificadas, não qualificadas (profissão ou status laboral).

Segundo as causas, diferenciamos as causas familiares (ou relacionais), econômicas, ecológicas, políticas e também o turismo. Estas causas não são excludentes entre elas: na maioria dos casos, a migração tem causas múltiplas. Por exemplo, uma reunificação familiar (migração por motivos familiares) pode ser também uma migração econômica; uma migração ecológica ou política pode se combinar com um período de turismo no país de acolhida do migrante. Nas causas políticas se incluem perseguições por motivos de raça ou etnia, religião, orientação sexual ou outras⁴. A categoria das causas se acha em reformulação constante, como veremos com as teorias explicativas que pretendem dar conta das causas da migração.

⁴ Dependendo da legislação estatal, eles podem ou não ser reconhecidos como refugiados. Segundo ACNUR-Brasil: “De acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (de 1951), são refugiados as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa. Posteriormente, definições mais amplas passaram a considerar como refugiados as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos”.



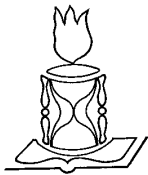
Finalmente, as migrações são geralmente classificadas entre voluntárias ou forçadas, sendo esta uma classificação polêmica no campo⁵. Falaríamos em migrações forçadas em casos de guerras, perseguições (por motivos de raça ou etnia, religião, orientação sexual ou outras), catástrofes médio-ambientais e de pobreza extrema. Porém, pode ser questionado que o fato de ter que emigrar para um país estrangeiro por falta de trabalho estrutural ou de condições de vida dignas seja estritamente “voluntário”, por exemplo. Todas estas categorias de classificação se combinam as umas com as outras: podemos ter o caso de um migrante circular, adulto, homem, não qualificado, que migre por motivos econômicos, coletivamente, legalmente e temporariamente para o exterior. O seguinte esquema (elaboração própria) resume os elementos anteriores de forma breve e concisa.



*Como temos indicado, o migrante nunca está só, embora viaje só

**Esta categoria não é excludente com nenhuma das anteriores

⁵Sobre este debate conceitual, comenta o geógrafo Alan Gamlen: "(...) the universe of migration drivers is often condensed into a spectrum between 'forced' and 'free' – a distinction that, while often pragmatic, sometimes has troubling practical and conceptual consequences" (GAMLEN, 2013, p.254).



Teorias das migrações

Passando para as teorias migratórias, embora tenhamos alguns trabalhos particulares do fim do século XIX e da primeira metade do século XX, as primeiras teorias neste campo de estudo são elaboradas nos anos 1960. A continuação se expõem os elementos básicos das teorias surgidas deste período até agora. Como veremos, são teorias que põem o foco em diferentes âmbitos (macro, micro, meso), fatores (laborais, familiares ou relacionais, entre outros possíveis) e atores (individuais ou grupais) no estudo do fenômeno da migração.

Teoria neoclássica

Esta teoria econômica é aplicada e prevalece no campo das migrações nos anos 1960 e início dos anos 1970 (ARANGO, 2003, p.4), no contexto de modernização nos países ocidentais, com autores como Thomas ou Sjaastad (1962), Todaro (1969, 1976, 1989) e Todaro and Maruszko (1987)⁶. Esta teoria contempla a migração como o resultado de um cálculo racional do indivíduo, que procura a maximização dos benefícios (como resultado do cálculo racional em que avalia custos e benefícios), em um contexto estrutural de diferenças (salariais e de nível de vida) entre países. Isto é, as migrações se produzem dos países onde a mão de obra é excessiva e barata para os países onde a mão de obra é escassa e os salários são mais altos.

Embora a teoria neoclássica tentasse explicar a causa da migração num determinado momento histórico, ela não consegue explicar a permanência de muitas pessoas que não migram, nem as diferenças entre o volume de imigrantes e de emigrantes em países diferentes que têm características econômicas similares (ARANGO, 2003, p.7). É considerada uma teoria simplista por focar só nos fatores econômicos (aliás eles continuam sendo considerados muito relevantes) e manter um ideal de tendência ao equilíbrio entre países com diferenças econômicas grandes, embora na prática outros fatores interferem nesse processo. Esta teoria não contempla, por exemplo, elementos políticos de controle das fronteiras de países pobres para países ricos, ou referências a elementos simbólico-culturais que fazem parte de toda migração.

Nova economia das migrações laborais

Esta teoria apresenta similaridades e críticas com a teoria neoclássica, e até é vista por alguns autores como reformulação ou aperfeiçoamento da anterior. Embora com a nova



economia das migrações laborais seguimos assumindo a migração como uma eleição racional, não é tanto uma eleição do indivíduo quanto da família. A migração é vista como uma estratégia familiar que, parafraseando Arango, mais do que maximizar os ingressos, procura diversificar as fontes de ingressos familiares para reduzir os riscos econômicos (ARANGO, 2003, p.13). Em palavras do economista Oded Stark, que é um dos autores relevantes na formulação desta teoria: "(...) dada a tendência global de demanda de trabalho, o desempenho de migrantes individuais em absorverem o mercado de trabalho pode largamente ser representada não só (como na teoria comum do capital humano) pelos níveis de habilidade dos migrantes e seus dotes mas também pelas preferências e constrangimentos das famílias deles" (STARK, 1991, p.3, tradução nossa).

Embora o mérito desta teoria em olhar para o componente grupal do fenômeno migratório, ela continua sendo limitada a um tipo de migrações. Além disso, só explica os fatores *push*, deixando de lado os fatores *pull* nos contextos de destino.

Teoria dos mercados de trabalho duais ou teoria do mercado de trabalho fragmentado

Esta teoria surge na segunda metade dos anos 1970 com o economista estadunidense Michael Piore. Como explica Arango, "(...) as migrações internacionais obedecem a uma demanda permanente de mão de obra nas sociedades industriais avançadas, que tem sua origem em certas características intrínsecas de estas e que, na mesma vez, produz uma segmentação nos seus mercados de trabalho" (ARANGO, 2003, p.14, tradução nossa). Segundo explica Piore, o mercado de trabalho se divide num segmento qualificado e estável e num segmento não qualificado e instável, onde os trabalhadores imigrantes ocupam postos de trabalho precários, de baixo status e de poucas possibilidades de mobilidade social que os nativos se recusam a fazer. São os imigrantes, então, que corrigem a falha nas estruturas econômicas (não podem ser as mulheres, que já estão inseridas no mercado de trabalho, nem os jovens, que estão se formando). Para os trabalhadores imigrantes, a valorização desses trabalhos é diferente, pois os salários resultam altos comparados com os dos seus países de origem, e o fator de prestígio é o equivalente ao do seu país de origem (ARANGO, 2003, p.16).

Embora esta teoria se focalizasse no contexto de destino só, sublinha o fator da demanda estrutural de mão de obra como fator que atrai os imigrantes para países com uma estrutura econômica específica (como os EUA ou países da Europa Ocidental), na mesma

⁶ Citados em: MASSEY ET ALT., 1993, p.434.



vez que permite entender o desemprego estrutural nos países de destino. Porém, como consequência da diversificação das migrações, esta teoria tornou-se rapidamente limitada à explicação das que se produzem particularmente em vistas de ocupar as vagas de trabalho (pre)existentes nas sociedades de destino.

Teoria do sistema-mundo

Esta teoria remete ao sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, que nos anos 1970 generalizou o conceito de "sistema mundial moderno". Em palavras do professor Martínez Marín, "um sistema mundo não é o sistema *do* mundo, mas um sistema *que é* um mundo e que pode ser, e com muita frequência, tem sido localizado numa área menor a da totalidade do planeta" (MARTÍNEZ MARÍN, 2011, p.218; itálico do autor; tradução nossa). Segundo Wallerstein, entre o fim do século XV e o começo do século XVI se estabelece na Europa a "economia-mundo" (a estrutura do mercado mundial), caracterizada por elementos tão marcantes quanto a expansão colonial europeia, a chegada dos metais preciosos na Europa ou o surgimento do absolutismo monárquico (WALLERSTEIN, 1997 [1995], p.). Com a crise econômica da primeira metade do século XVI, a economia-mundo se constitui e ficam claros os quatro setores: centro, semiperiferia, periferia e "areia exterior", os quais permanecem até hoje. Na teoria das migrações, a migração é fruto dos desajustes nas economias nacionais de origem com a introdução do capitalismo, como nos casos da comercialização da terra e dos materiais naturais ou o surgimento do trabalho remunerado (MASSEY ET ALT, 2011, p.444)⁷.

A teoria do sistema-mundo é filha da teoria da dependência dos anos 1960. Nas duas, "as migrações [são] um produto mais da dominação exercida pelos países do centro sobre as regiões periféricas, num contexto de estrutura de classes e conflito". Isto é, num "sistema mundial moderno" historicamente e estruturalmente desigual, as migrações são um dos produtos que, no mesmo tempo, reforçam as diferenças estruturais ou desigualdades mundiais. A causa das migrações se acha nos "desequilíbrios gerados pela penetração do capitalismo em países menos desenvolvidos" (ARANGO, 2003, p.17, tradução nossa).

Num plano estrutural esta teoria quer dar conta das relações de poder e desenvolvimento entre países (como dos vínculos históricos entre ex-colônias e

⁷ Alguns autores contemporâneos que tem teorizado em base ao conceito de Wallerstein são Alejandro Portes (Portes & Walton, 1981), Saskia Sassen (1988) ou Richard Alba (1978) seguindo a linha de explicações histórico-estruturais das migrações internacionais.



metrópoles), com a consequência de anular a agência aos indivíduos, que aparecem como fantoches dos poderes estruturais.

Teoria das redes ou teoria do capital social

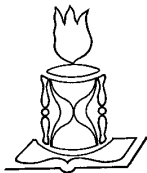
Seguindo Alejandro Portes, autores como Charles Tilly (1990), Benedict Anderson (1974) ou Stephen Castles (2004) são dos mais importantes na teorização do papel das redes (PORTES, 2008, p.13). Também são nomes importantes Mark Granovetter (1974), Robert Putnam (1995, 2000), James Coleman (1990, 1993, 2000) ou mesmo Pierre Bourdieu que, nos anos 1980, populariza o conceito de "capital social" com o qual também são referidas as redes migratórias.

As redes migratórias são, como indica o conceito, conexões entre pessoas que participam do processo migratório: imigrantes e emigrantes, suas famílias, seus amigos, possíveis ou futuros migrantes, emigrantes que já voltaram... Essas conexões, as vezes vistas como uma forma de capital social, facilitam a transmissão de informação e ajuda e tornam-se um elemento determinante (um fator explicativo importante) na multiplicação das migrações. Um exemplo claro da importância dos vínculos familiares na migração pode ser vista no caso do reagrupamento familiar.

Outros teóricos preferem utilizar diretamente o conceito de "capital social", que na formulação de Bourdieu é entendido como os recursos derivados da pertença a uma rede de relações interpessoais.

Mark Granovetter escreve sobre a importância dos "laços fracos" (1974) na inserção laboral dos jovens imigrantes (isto é, contatos além da família e do grupo de relacionamento mais próximo). Estes contatos abrem novas redes de relações e podem resultar tanto ou mais úteis que essas às quais os indivíduos tem acesso pela via mais próxima. Assim, a proximidade nas relações não necessariamente significa maiores benefícios para os indivíduos (GRANOVETTER, 1995 [1974], p.42).

Robert Putnam (1993, 1995, 2000), por outro lado, ressignifica o conceito de capital social bourdieusiano. Para Putnam, os indicadores do capital social de uma comunidade são o desempenho institucional governamental, a satisfação cidadã e um conjunto de quatro indicadores de participação política, leitura de diários e associacionismo cultural e esportivo, como explica a professora Adriana Marrero. Esta visão dá uma grande importância no papel das instituições políticas governamentais, que aparecem como principal fonte geradora de confiança que facilita a sociabilidade (MARRERO, 2007, p.5).



Como críticas a esse conjunto de perspectivas, vale dizer que outros elementos tem que ser contemplados, porque as redes não constituem a única causa da nova emigração. Como expõe Arango citando a Faist (1997), "as redes constituem um nível relacional, intermédio entre o plano micro da adoção de decisões individuais e o plano macro dos determinantes estruturais (...)" (ARANGO, 2003, p.21; tradução nossa). Esta teoria não considera, por exemplo, a importância das políticas migratórias nos países de destino dos migrantes.

Conclusão

O estudo do fenômeno migratório deve ser contextualizado nos diferentes níveis em que acontece (sejam casos de migrações transnacionais ou não, trata-se de entendê-la como um processo duplo que implica o estudo de ambos os contextos de emigração e imigração), com os diferentes atores e poderes provenientes de cada um desses contextos micros e macros, considerando sempre os elementos sócio históricos que possam ter influenciado no estado das coisas como atualmente se apresentam.

Temos introduzido aqui os aspectos principais do campo das migrações contemporâneas, objeto de estudo acadêmico e político, apresentando alguns conceitos fundamentais, sintetizando os tipos de classificação das migrações e revisando as teorias explicativas do fenômeno migratório, que pretendem responder à pergunta: "por que as pessoas migram?". Considerar os diversos aspectos das teorias já formuladas é um passo necessário para a superação delas e o crescimento de um campo de estudo que precisa de teorias amplas e flexíveis para dar conta de tão variados fenômenos.

Na explicação das causas do movimento, os fatores econômicos são sempre salientados, e têm um protagonismo teórico-explicativo com fortes raízes históricas, como temos observado no desenvolver das teorias nas páginas anteriores. Este protagonismo talvez tenha que ser repensado para obter novas perguntas de pesquisa e, com elas, novas respostas.

Para encerrar, uma dessas perguntas que as teorias anteriores não conseguem explicar é a seguinte: "por que as pessoas não migram?", ou seja, por que são tão poucas pessoas que efetivamente migram? No texto referenciado, Arango critica a falta de atenção e/ou explicação das teorias em relação à permanência (ARANGO, 2003, p.23). Sem dúvida, para ter um conhecimento maior do fenômeno, o par migração-permanência é uma das mais importantes questões que deverá ser considerada na sua totalidade.



Bibliografia e webgrafia

-Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR) no Brasil, Perguntas e respostas:
<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>

-ANDERSON, B., *Us and Them?: The Dangerous Politics of Immigration Control*, **Oxford University Press**, Oxford, 2013.

-ARANGO, J., "La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra", **Migración y Desarrollo**, 1, 2003, p.1-29, Disponível em:
http://www.ucm.es/info/gemi/descargas/articulos/42ARANGO_La_Explicacion_Teorica_Migraciones_Luces_Sombras.pdf

-AUGÉ, Marc, **Por una antropología de la movilidad**, Editorial Gedisa, Barcelona, 2007.

-BOURDIEU, Pierre, "Las formas del capital. Capital Económico, capital cultural y capital social", em Bourdieu, Pierre, **Poder, derecho y clases sociales**, Barcelona, Desclée, 2000.

-DE LA TORRE SÁINZ, I., "Más allá del valle del Rift: la evidencia arqueológica del plio-pleistoceno fuera de África Oriental", **Zephyrus**, 58, 2005, p. 37-59. Disponível em:
http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/71623/1/Mas_alla_del_valle_del_Rift_la_evidencia.pdf

-GAMLEN, Alan, "Migration Studies: Taking stock of a new start", **Migration Studies** vol.1, nº3, Oxford University Press, Oxford, 2013, p.253-257. Disponível em:
<http://migration.oxfordjournals.org/content/1/3/253.extract>

-GRANOVETTER, Mark, **Getting a Job. A Study of Contacts and Careers**. Chicago, The University of Chicago Press, 1995 [1974], p.41-50.

-KOSER, Khalid, **International Immigration: A Very Short Introduction**, Oxford University Press, Oxford, 2007.

-MARRERO, Adriana, "La teoría del capital social. Una crítica en perspectiva latinoamericana", **Revista Arxius**, 2007 [2006], Disponível em:



http://www.nucleodecidadania.org/nucleo/extra/2007_11_06_11_54_43_arxiu_capital_social.pdf

-MARTÍNEZ MARÍN, Abel Fernando, "Reflexiones en torno al sistema mundo de Immanuel Wallerstein", **Revista Historia Y MEMORIA**, vol. 2, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, Colombia, 2011, p. 211-220, Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3251/325127478010.pdf>

-MASSEY, Douglas S. et al., "Theories of International Migration: A Review and Appraisal", **Population and Development Review**, vol. 19, nº 3, 1993, p. 431-466.

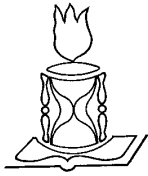
-MICOLTA LEÓN, Amparo, "Teorías y conceptos asociados al estudio de las migraciones internacionales", **Revista de Trabajo Social** nº7, 2005, p. 59-76, Disponível em: <file:///D:/ufflch/Downloads/Dialnet-TeoriasYConceptosAsociadosAlEstudioDeLasMigraciones-4391739.pdf>

-PASCUAL DE SANS, Àngels, "L'estudi de les migracions a Catalunya, l'estudi de la societat catalana", **Revista Catalana de Sociologia** nº 27, 2011, p.5-14.

-PIORE, Michael J., "A Long Term Perspective on Immigration and the Crisis", Conferência no <<XIV Congress of Immigration: Immigration and Economic Crisis, New Challenges in Social Intervention>> (Almeria, Espanha), 2012, Disponível em: <http://economics.mit.edu/files/8489>

-PORTES, Alejandro), "Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº69, 2004 [2003], p.73-93, Disponível em: file:///C:/Users/a8706165/Downloads/RCCS69-073-093-Alejandro_Portes.pdf

-PORTES, Alejandro, "Migration and Social Change: Some Conceptual Reflections" (on-line publication), 2008, p.1-47. Disponível em: <http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/alejandro-portes-migration-and-social-change-some-conceptual-reflections>



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia

Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

-STARK, Oded, "Introduction", em: Stark, Oded, **The migration of labor**, Basil Blackwell, 1991, p. 3-6, Disponível em:

http://demografi.bps.go.id/phpfiletree/bahan/kumpulan_tugas_mobilitas_pak_chotib/Kelompok_7/Oded_Stark_MigrationofLabor.pdf

-WALLERSTEIN, Immanuel, "La reestructuración capitalista y el sistema-mundo" (Conferência magistral no XX° Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia, Mexico, 2-6/10/1995), 1997 [1995], Disponível em:

http://www.flacsoandes.org/web/imagesFTP/1265665449.La_reestructuracion_capitalista_y_el_sistema.pdf